

Coordenadores
Sérgio Ferraz
Otávio Venturini
Gustavo Gil Gasiola

Proteção de
dados pessoais e
COMPLIANCE
DIGITAL



- Compre em vez de copiar. Cada real que você investe em um livro viabiliza as obras e a divulgação da literatura. Os direitos autorais possibilitam qualidade nas publicações de outras obras sobre o assunto e pagam os livreiros por estocarem e levarem até você livros para o crescimento cultural e intelectual. Além de contribuir para a geração de empregos, impostos e, conseqüentemente, bem-estar social. Por outro lado, cada real que você dá pela fotocópia ou cópia eletrônica não autorizada de um livro financia um crime e ajuda a assolar a população intelectual.
- É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou forma, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e Parágrafos, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980) sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).
- Nesta obra respeitou-se o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990), ratificado em 2008.
- Atendimento ao cliente: (65) 9 9644 - 2327 - WhatsApp - contato@umanoseditora.com.br / Ed. 1 - 2023 / Ed. 2 - 2024.
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa: Copyright ©, 2023 de Umanos Editora Ltda / Avenida Historiador Rubens de Medonça, 1731 Edifício Centro Empresarial Paiguás, Andar 5º - sala 501 e 502 / - Cuiabá - MT - 78.008-000 / www.umanoseditora.com.br

■ **Diretores:** Leandro Doorneles | Lucas Budoia | Néilton Gois

Editor: Jair Donato

Revisão: Luana Alfonso

Capa realização: Antônio Silva

Diagramação: Francisco A. Lima

Proteção de
dados pessoais e

COMPLIANCE DIGITAL

- **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Proteção de dados pessoais e compliance digital / coordenação Sérgio Ferraz, Otavio Venturini, Gustavo Gil Gasiola. - 2. ed. - Cuiabá, MT: Umanos Editora, 2023.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-66268-89-8

1. Compliance 2. Direito e tecnologia 3. Proteção de dados pessoais 4. Proteção de dados - Direito - Brasil I. Ferraz, Sérgio. II. Venturini, Otavio. III. Gasiola, Gustavo Gil.

23-178905

CDU-342.721(81)

Índices para catálogo sistemático:

L1. Brasil : Proteção de dados pessoais : Direito 342.721(81)

Aline Grazielle Benítez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Agência brasileira do ISBN

ISBN 978-85-66268-89-8



Impresso no Brasil


Umanos Editora

PARTE I

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

PREFÁCIO	3
APRESENTAÇÃO	5

1. CONTORNOS JURÍDICOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.. 23

*Sérgio Ferraz*2. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS COMO DIREITO FUNDAMENTAL
AUTÔNOMO NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988*Ingo Wolfgang Sarlet*

2.1. Introdução	27
2.2. A fundamentalidade material e formal do direito à proteção de dados pessoais – sentido e alcance	28
2.3. A autonomia do direito fundamental à proteção de dados pessoais – para além da privacidade e da autodeterminação informativa	33
2.4. Considerações	38

3. O CONCEITO DE DADO PESSOAL NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO

Diego Machado

3.1. Introdução	45
3.2. Dado pessoal: perspectivas e abordagens	49
3.3. Elementos conceituais para além da identificabilidade	56
3.4. Dado anonimizado e dado pseudonimizado: contornos e regimes aplicáveis	63
3.5. Considerações	69

4. DADOS SENSÍVEIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DADOS DE SAÚDE

Silvio Guidi e Renan Sequeira

4.1. Introdução	75
4.2. Dados de saúde e sua categoria de sensibilidade	76
4.3. A ampliação do risco em razão da evolução tecnológica na prestação de serviços de saúde	78
4.4. O consentimento para o tratamento de dados sensíveis de saúde	81
4.4.1. A revogação do consentimento	82
4.4.2. Hipóteses de tratamento de dados não consentido pelo titular	83
4.4.2.1. Cumprimento de obrigação legal ou regulatória do controlador	83
4.4.2.2. Pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres	84

4.4.2.3. Para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais.....	85
4.4.2.3.1. Anonimização e pseudonimização de dados	86
4.4.2.4. Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.....	87
4.4.2.5. Para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária	88
4.5. Compartilhamento de dados entre controladores para obtenção de vantagem econômica	88
4.5.1. A monetização dos dados de saúde.....	89
4.6. Término do tratamento e eliminação de dados.....	91
4.6.1. Término do tratamento de dados consentido e não consentido	91
4.6.2. Eliminação de dados de saúde registrados em prontuário.....	92
4.6.3. A eliminação de dados de saúde não inseridos em prontuário	93
4.7. Incidentes de segurança de dados de saúde.....	93
4.7.1. Repercussões judiciais em razão de incidentes de segurança no âmbito da saúde.....	97
4.7.2. Outras repercussões em razão de incidentes de segurança no âmbito da saúde.....	98

5. DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS

Susana Gercwolf e Bruno Barbosa dos Reis Glória

5.1. Introdução.....	101
5.2. Bases legais e principiológicas.....	103
5.3. Segurança e controle dos dados como direito do titular	106
5.4. Dos direitos do titular em espécie (artigos 17 a 22 da LGPD): uma análise comparada com o Regulamento Europeu - GDPR.....	107
5.5. Considerações.....	115

6. PRINCÍPIO DA NÃO DISCRIMINAÇÃO: IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DO TRATAMENTO PARA FINS DISCRIMINATÓRIOS ILÍCITOS OU ABUSIVOS

Karine de Paula Bernardino e Bruno Silva de Oliveira

6.1. Introdução.....	117
6.2. A LGPD e a securitização do mundo.....	119
6.3. Algoritmos na sociedade da informação e a perpetuação da discriminação como viés.....	123
6.3.1. Smart Sampa e o problema do enforcement	127
6.4. Breve reflexão sobre o pacto narcísico.....	132
6.5. Regime constitucional brasileiro permite a discriminação?	135
6.6. O compliance antidiscriminatório como ferramenta na sociedade da informação.....	137
6.7. Considerações.....	142

07. FUNDAMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL NA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Sergio Cavalieri Filho

7.1. O tratamento de dados pessoais nos meios digitais	147
7.2. Liberdade de informação <i>versus</i> inviolabilidade da vida privada	149

7.3. Conceito de privacidade	150
7.4. Conceito de liberdade de expressão	151
7.5. Conceito de liberdade de comunicação ou de informação	151
7.6. Restrição à liberdade de informação.....	151
7.7. Responsabilidade subjetiva ou objetiva?	155
7.8. O dever de segurança	156
7.9. Inversão do ônus da prova <i>ope legis</i>	157
7.10. Excludentes de responsabilidade dos agentes de tratamento	158
7.11. Os responsáveis	160
7.12. Solidariedade passiva.....	160
7.13. Direito de regresso.....	163
7.14. LGPD e CDC.....	165

8. RESPONSABILIDADE CIVIL NO GDPR E NA LGPD: UMA ANÁLISE À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA

Taisa Afonso Loureiro e Ezequiel Fajreldines

8.1. Introdução.....	167
8.2. A Responsabilidade Civil no GDPR	170
8.2.1. O artigo 82 do GDPR.....	170
8.2.2. O Ônus da Prova Relacionado ao Descumprimento do GDPR	178
8.3. A Responsabilidade Civil na LGPD.....	179
8.4. A Jurisprudência Incipiente do TJSP sobre Proteção de Dados Pessoais	183
8.4.1. Bancos de dados com informações sobre dívidas prescritas.....	183
8.4.2. O vazamento de dados por ações de terceiros.....	185
8.4.2.1. Vazamento de dados por ataque cibernético	185
8.4.2.2. Demais casos de vazamento de dados	186
8.4.3. Solicitação de dados	188
8.5. Considerações.....	189

9. O REGIME SANCIONADOR DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

João Victor Tavares Galil e Pedro Luiz Ferreira de Almeida

9.1. Introdução.....	193
9.2. A Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.....	194
9.3. O regime sancionador previsto na LGPD	198
9.3.1. O <i>ius puniendi</i> estatal e o regime jurídico do Direito Administrativo Sancionador	198
9.3.2. A LGPD e o Direito Administrativo Sancionador.....	201
9.3.3. Destinatários das sanções	202
9.3.4. Sanções previstas na LGPD e tipicidade aberta	206
9.4. Boas práticas e governança: efeitos no regime sancionador da LGPD	210
9.5. Considerações	213

10. PROTEÇÃO DE DADOS, COMPETÊNCIAS DOS ENTES FEDERATIVOS E A EMENDA CONSTITUCIONAL N. 115/22

Ricardo Marcondes Martins

10.1. Introdução.....	217
10.2. Abrangência da Lei 13.709/18.....	218
10.3. Competência para legislar sobre direito administrativo	220

10.4. Alteração constitucional das competências federativas	221
10.5. Impossibilidade de convalidação por reforma constitucional.....	222
10.6. ANPD x Administração municipal e estadual	224
10.7. Considerações	227

11. O COMPARTILHAMENTO INDISCRIMINADO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: OS VÍCIOS DE CONSTITUCIONALIDADE DO DECRETO N. 10.046/2019

Laura Schertel Mendes e Gustavo Gil Gasiola

11.1. Introdução	231
11.2. As fragilidades do Decreto n. 10.046/2009	233
11.3. Decisão do STF: limites ao compartilhamento de dados de acordo com o direito fundamental à proteção de dados.....	238
11.4. Reestruturação do Comitê Central de Governança de Dados.....	242
11.5. Caminhos para um compartilhamento de dados na Administração Pública conforme os direitos fundamentais	243

12. JURISDIÇÃO E TRATAMENTO INTERNACIONAL DE DADOS

Otávio Venturini

12.1. Introdução	249
12.2. A construção do “cyberespaço”: da territorialização da jurisdição à desterritorialização das relações sociais e econômicas	250
12.3. A difusão de regras de jurisdição regulatória extraterritorial para proteção de dados em casos transfronteiriços e o paradigma Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD)	253
12.4. A Lei Geral de Proteção de Dados brasileira (Lei nº 13.709/18)	256
12.5. Considerações	260

13. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS PESSOAIS

Maria Gabriela Grins e Ricardo Campos

13.1. Introdução	263
13.2. Transferência Internacional de Dados Pessoais (TID)	263
13.3. A TID e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	265
13.4. Compliance digital.....	271
13.5. Considerações	274

14. A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: ALGUMAS IMPLICAÇÕES PRÁTICAS NO DIREITO DO TRABALHO

Douglas Alencar Rodrigues, Marília Nascimento Minicucci e Pâmela Almeida da Silva Gordo

14.1. Introdução	277
14.2. Controlador e operador.....	278
14.3. Processos seletivos	281
14.4. Práticas diárias que merecem atenção	282
14.5. Direito ao esquecimento	284
14.6. Relação empresas/clientes e seus advogados	285
14.7. Transferência internacional de dados	288

14.8 . Employers of Record (Eors) e Professional Employment Organizations (PEOs)	291
14.9. Encarregado/DPO	292
14.10. Considerações	295

15. A PROTEÇÃO DE DADOS DE TRABALHADORES ANTES DA CONTRATAÇÃO PARA O TRABALHO

Carolina Tupinambá e Marina Novellino

15.1 Introdução.....	297
15.2. A proteção do trabalhador na fase pré-contratual: as bases jurídicas	298
15.3. A aplicação da LGPD na fase pré-contratual de trabalho	301
15.4. Os dados pessoais na fase pré-contratual de trabalho: estudo de casos.....	303
15.5. Possíveis novos parâmetros para o tratamento de dados pessoais na fase pré-contratual de trabalho?	307
15.6. Considerações.....	314

16. A PROTEÇÃO PENAL DE DADOS

João Paulo Martinelli

16.1. Introdução	317
16.2. Conceito de dados	318
16.3. Princípios que regem o tratamento de dados pessoais.....	320
16.4. Compartilhamento de dados em investigação criminal.....	321
16.5. Compartilhamento de dados pessoais sem autorização judicial	324
16.6. Fishing expedition	328
16.7. Considerações	330

17. LGPD E SEUS IMPACTOS SOBRE CONCESSÕES E PPPS

Thiago Marrara

17.1. Introdução	333
17.2. LGPD: um breve panorama	334
17.3. LGPD e Administração Pública	337
17.4. LGPD e delegatários de serviços públicos	339
17.5. Impactos da LGPD e aumento de despesas operacionais (OPEX)	341
17.6. LGPD e receitas alternativas	343
17.7. LGPD, danos aos usuários e responsabilidade do prestador.....	345
17.8. Considerações	347

PARTE II COMPLIANCE DIGITAL

18. COMPLIANCE DIGITAL E SEUS ELEMENTOS

Otávio Venturini

18.1. Introdução.....	351
18.2. Compliance: o que é e a que se destina?	352

18.3. Escopo do compliance digital	354
18.4. Elementos comuns do compliance digital	362
18.4.1. Diagnóstico inicial	363
18.4.2. Governança corporativa e instância responsável	364
18.4.3. Inventário de processos	366
18.4.4. Avaliação de riscos	366
18.4.5. Políticas, termos de uso e transparência	368
18.4.6. <i>Due diligence</i> e contratos na relação com terceiros	369
18.4.7. Canais de comunicação	369
18.4.8. Relatórios	370
18.4.9. Boas práticas e certificação	371
18.4.10. Plano de gestão e respostas a incidentes	373
18.4.11. Monitoramento e aperfeiçoamento contínuos	373
18.5. Considerações	374

19. PRIVACY BY DESIGN E PRIVACY BY DEFAULT: A OPÇÃO DA LGPD E SEUS IMPACTOS

Laura Mendes Amando de Barros

19.1. Introdução	377
19.2. Privacy by design: breve histórico e conceito	379
19.3. Privacy by design e a LGPD	380
19.4. Princípios Fundamentais da Privacy by Design	382
19.5. Alguns casos paradigmáticos denotativos da importância da adoção da estratégia de privacy by design	387
19.6. Considerações	391

20. BOAS PRÁTICAS EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

David Gabriel de Souza Joaquim

20.1. O valor dos dados	393
20.1.1. O que são dados?	393
20.2. Evolução e importância da segurança da informação	394
20.3. Dispositivos de avaliação de segurança da informação	
Assessment de ambiente de TI	395
20.4. Etapas do assessment	396
20.5. Benchmarks	396
20.6. Política de segurança da informação	396
20.7. Aplicabilidade da política	397
20.8. Por que a segurança da informação é necessária?	397
20.9. Disposições gerais	398
20.10. Organização e funções de segurança da informação	398
20.11. Classificação e tratamento da informação	399
20.12. Categorias de informação	400
20.13. Gestão de acesso lógico	401

20.14. Gestão de ativos.....	401
20.15. Segurança em projetos	401
20.16. Segregação da função	402
20.17. Privilégio mínimo	402
20.18. Aquisição, desenvolvimento e manutenção de sistemas.....	402
20.19. Criptografia	402
20.20. Credenciais e senhas.....	403
20.21. Cópias de segurança e recuperação.....	403
20.22. Uso de computadores	404
20.23. Uso da internet.....	404
20.24. Uso de dispositivos móveis	405
20.25. Uso de software	406
20.26. Uso de correio eletrônico	406
20.27. Descarte de dispositivos de armazenamento de dados	407
20.28. Casos omissos	407
20.29. Considerações.....	408

21. A FIGURA DO “DATA PROTECTION OFFICER - DPO” NO BRASIL: O ENCARREGADO

Rita Peixoto Ferreira Blum

21.1. Introdução	411
21.2. Qual é o papel do DPO e quais as suas principais tarefas?.....	411
21.3. O DPO é sempre obrigatório? Esse cargo pode ser terceirizado?	413
21.4. Qual o perfil do DPO brasileiro?.....	415
21.5. Qual o regime de responsabilidade no caso de reparação de dados e como pode ser mitigada?	418
21.6. Considerações	419
21.7. “Checklist” de adequação.....	419

22. BOAS PRÁTICAS NA TUTELA DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS SOB A ÓTICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO REGIME SANCIONADOR

Matheus Teixeira Moreira, Isabella Macedo Torres e André Castro Carvalho

22.1. Introdução.....	421
22.2. Proteção de dados pessoais e administração pública.....	422
22.2.1. Previsões da LGPD sobre o tratamento de dados no setor público	424
22.3. Implementação da cultura de proteção de dados pela ANPD.....	428
22.3.1. Natureza jurídica da ANPD	429
22.3.2. O advento da Emenda Constitucional 115/2022.....	430
22.4. Direito administrativo sancionador aplicado à LGPD	431
22.4.1. Conflitos interfederativos sob o regime sancionatório da LGPD	436
22.4.2. Perspectivas quanto à adoção de boas práticas sob a ótica da	
Análise de Impacto Regulatório	437
22.5. Considerações.....	439

23. ANONIMIZAÇÃO E PSEUDONIMIZAÇÃO NO SETOR PÚBLICO*Diana Loureiro Paiva de Castro*

23.1. Introdução.....	445
23.2. Dados e Poder Público: conceitos e princípios previstos na LGPD....	446
23.3. Operações de tratamento para fins de realização de estudos e pesquisas: a previsão legal do “sempre que possível”	450
23.4. A divulgação pública de informações: prevenção, segurança e mitigação de riscos	453
23.5. Aplicação das premissas elencadas: os casos da Medida Provisória nº 954/2020 e do Sistema de Monitoramento Inteligente (SIMI).....	456
23.6. Considerações.....	459

24. POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PLANO DE RESPOSTA A INCIDENTES*Alessandra Obara Soares da Silva e Camila Rocha Cunha Viana*

24.1. Introdução.....	461
24.2. A LGPD nos setores público e privado	461
24.3. Segurança da Informação na LGPD.....	467
24.4. Plano de resposta a incidentes de segurança na LGPD	471
24.5. Considerações	474

25. REDES SOCIAIS, PROTEÇÃO DE DADOS E OS DESAFIOS DO COMPLIANCE DIGITAL*Otávio Venturini e Lucas Aluísio Scatimburgo Pedroso*

25.1. Introdução.....	477
25.2. Redes sociais	478
25.3. Mídia programática.....	479
25.4. Casos paradigmáticos	481
25.4.1. Caso Cambridge Analytica e o controle sobre a atuação de aplicativos nas redessociais: consentimento e finalidade	481
25.4.2. Caso Facebook e cookies: dever de transparência.....	484
25.4.3. Caso Twitter e incidentes de segurança: adoção de medidas que permitam detectar e registrar eventuais incidentes	486
25.4.3.1. Atualizações: dois casos Facebook e as medidas técnicas e organizacionais necessárias	488
25.4.4. Caso Schrems e a transferência internacional de dados	489
25.4.5. Caso FTC, a multa de US\$ 5 bilhões por violação de privacidade e a obrigação de o Facebook implantar um programa de proteção de dados.....	491
25.4.6. Caso Facebook e a base legal para o tratamento de dados pessoais: consentimento ou execução de contrato?	493
25.4.7. Caso WhatsApp e a transparência de usuários, não usuários e do compartilhamento dos dados com o Facebook.....	495
25.4.8. Caso Facebook e anúncios de moradia: discriminação algorítmica	496
25.4.9. Caso Instagram e os direitos das crianças: informação e medidas adotadas.....	498
25.5. Considerações.....	499

26. PROCEDIMENTOS SANCIONATÓRIOS NAS REDES SOCIAIS*Mauricio Pereira Colonna Romano*

26.1. Introdução.....	503
26.2. A aplicação horizontal dos direitos fundamentais às entidades privadas.....	504
26.3. A processualística sancionatória derivada do atendimento dos direitos fundamentais.....	506
26.4. Análise das disposições da LGPD e do Marco Civil da Internet.....	508
26.5. É possível a aplicação da sanção unilateralmente pela plataforma?	515
26.6. Considerações.....	518

27. COMPLIANCE DIGITAL E FINTECHS: DESAFIOS PARA SEGURANÇA E PROTEÇÃO DE DADOS*Alan Campos Elias Thomaz, Cynthia Barbosa de Almeida e Livia Barbosa de Almeida*

27.1. Introdução: Fintechs e a aceleração do compliance digital nos últimos anos	521
27.2. Dados e as principais regulações aplicáveis às fintechs	525
27.2.1. Regulação geral	526
27.2.1.1. Constituição Federal	526
27.2.1.2. Lei do Sigilo Bancário.....	526
27.2.1.3. Código de Defesa do Consumidor.....	527
27.2.1.4. Marco Civil da Internet	527
27.2.1.5. Lei do Cadastro Positivo	528
27.2.1.6. LGPD	529
27.2.2. Regulação setorial.....	532
27.2.2.1. Segurança cibernética	533
27.2.2.2. PIX	535
27.2.2.3. Open Finance	536
27.3. Cibersegurança e Segurança da Informação para Fintechs	537
27.3.1. Cenário atual	537
27.3.2. Tipos de ataques.....	538
27.3.3. Medidas de segurança técnicas e não técnicas	539
27.3.4. Importância da cibersegurança e segurança da informação para fintechs.....	541
27.4. Considerações	542

28. COOPERAÇÃO INTERADMINISTRATIVA: O PAPEL DA SENACON NA AGENDA DE PROTEÇÃO DE DADOS DO CONSUMIDOR NO BRASIL*Juliana Oliveira Domingues e Mariana Zilio da Silva Nasare*

28.1. Introdução.....	545
28.2. Proteção de dados: o presente e o futuro da defesa dos dados dos consumidores	547
28.3. A defesa do consumidor nos mercados digitais e a preservação da livre iniciativa: valores indissociáveis	548
28.3.1. Aplicação do compliance à proteção de dados como mecanismo de defesa do consumidor e prevenção de conflitos e o Decreto 10.887/2021.....	549

28.4. A criação da ANPD e importância de atuação coordenada.....	553
28.5. Exemplos recentes da atuação para proteção de dados: o potencial dos esforços interadministrativos no Brasil.....	554
28.6. Atividade sancionatória e de educação para o consumo: exemplo de casos.....	555
28.7. Considerações.....	559

29. DADOS, O “NOVO PETRÓLEO” E SUA REGULAÇÃO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Milena da Fonseca Azevedo

29.1. Introdução.....	565
29.2. Panorama Regulatório do Comércio Internacional.....	566
29.2.1 O Sistema de Comércio Internacional.....	566
29.2.2. Os três grandes reinos regulatórios da regulação de dados.....	567
29.3. A regulação de comércio digital no Sistema de Comércio Internacional.....	569
29.3.1. A Organização Mundial do Comércio e seus acordos.....	570
29.3.2. Negociações de um Acordo de Comércio Eletrônico na OMC.....	573
29.3.3. Os Acordos Preferenciais de Comércio.....	577
29.4. Considerações.....	580

30. A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E OS BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO

Tiago Cripa Alvim e Paulo Ramiro Diaz

30.1. Âmbitos legais e de discussão da proteção de dados pessoais.....	583
30.1.1. Nas legislações nacionais.....	584
30.1.2. No Direito da União Europeia.....	586
30.1.3. No ambiente internacional.....	587
30.1.4. Nos organismos e atores internacionais.....	588
30.1.5. Nos bancos multilaterais de desenvolvimento.....	589
30.1.6. Normas aplicáveis aos bancos multilaterais de desenvolvimento.....	590
30.2. Questões emergentes: proteção de dados pessoais e bancos multilaterais de desenvolvimento.....	592
30.2.1. Territorialidade e aplicabilidade da proteção de dados pessoais..	592
30.2.2. Transferência internacional de dados pessoais e os BMDs.....	594
30.2.3. Proteção de dados pessoais e bancos multilaterais de desenvolvimento: governança, risco e ponderações.....	596

PARTE III

PROTEÇÃO DE DADOS NA FRONTEIRA DAS NOVAS TECNOLÓGICAS

31. TENSÕES INERENTES À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E A MAXIMIZAÇÃO DE BENEFÍCIOS NO USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Vanice Regina Lirio do Valle

31.1. Introdução.....	605
31.2. Dados pessoais e o aprimoramento da ação pública: realidade ou argumento retórico?.....	607

31.3. Tensões entre a matriz principiológica de proteção de dados pessoais e a ampliação do uso de IA	610
31.4. Atributos propostos à regulação de inteligência artificial respeitosa à proteção à privacidade.....	614
31.5. Considerações	617

32. ÉTICA PÚBLICA E 'COMPLIANCE' DIGITAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: TRANSPARÊNCIA, PUBLICIDADE E MOTIVAÇÃO NA PRODUÇÃO DE ATO JURÍDICO COM BASE EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Carolina Zancaner Zockun e Maurício Zockun

32.1. Qual é a ética pública?.....	621
32.1.1. Há ética fora do direito?	621
32.2. Ética pública como moralidade administrativa.....	622
32.2.1. Noção de princípio.....	622
32.2.2. Moralidade administrativa: um valor jurídico constitucional	622
32.2.3. A atuação administrativa circunscrita aos limites da lei: o positivismo	622
32.2.4. Moralidade como princípio juridicamente qualificado	624
32.3. O princípio da motivação	628
32.3.1. O dever de motivação	628
32.3.1.1. A motivação nos atos produzidos com fundamento em competência vinculada e discricionária	628
32.4. O princípio da motivação em atos sugeridos ou produzidos com base em algoritmos	629
32.4.1. O dilema na motivação do ato praticado ou proposto com base em algoritmos.....	629
32.4.2. O direito dos administrados em relação ao ato praticado ou cuja prática deu-se com base em algoritmos.....	629
32.4.3. Inteligência artificial na fase preparatória da produção de atos jurídicos	632
32.4.4. Inteligência artificial utilizada na proposição e na produção de atos jurídicos finais.....	634
32.5. Considerações.....	637

33. O PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO PARA A REGULAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Adriane Nakagawa Baptista e Anna Caroline Nunes Cortellini

33.1. Introdução.....	641
33.2. O que é inteligência artificial.....	641
33.3. O mercado da inteligência artificial no mundo	642
33.4. A necessidade um estudo sobre inteligência artificial do ponto de vista regulatório	643
33.5. A abordagem do princípio da precaução como modelo interpretativo	644
33.6. Comentários à iniciativa europeia de regulação da inteligência artificial.....	650
33.6.1. Risco Inaceitável	653
33.6.2. Risco Elevado	654
33.7. Comentários ao Projeto de lei de regulação da inteligência artificial.....	664
33.8. Alguns comentários sobre a avaliação de risco de caráter precaucional em matéria de inteligência artificial.....	666

34. DATA SUPPLY CHAIN: INTEGRIDADE, ÉTICA E CONVENIÊNCIA NO BIG DATA*Anne Chang e Pedro Henrique dos Santos*

34.1. Introdução.....	671
34.2. Big Data: origem e coleta de dados	672
34.3. Data supply chain	674
34.3.1. Origem dos Dados: privacidade e transparência	675
34.3.2. Dados licitos com origem ilícita	676
34.4. Considerações.....	678

35. METAVERSO E FUNÇÃO ADMINISTRATIVA 685*Sergio Ferraz***36. PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ESTUDO SOBRE O PROGRAMA CITY CÂMERAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO***Gustavo Gil Gasiola*

36.1. Introdução.....	686
36.2. Entre o direito de acesso à informação e a proteção de dados pessoais	692
36.2.1. Acesso à informação administrativa.....	692
36.2.2. Direito à proteção de dados pessoais.....	693
36.2.3. Direito administrativo da proteção de dados pessoais	695
36.3. Programa City Câmeras.....	698
36.3.1. Compartilhamento de dados coletados por câmeras privadas com aPlataforma City Câmeras.....	700
36.3.2. Acesso às imagens das câmeras públicas.....	703
36.4. Considerações.....	705